



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

RITA PELUSO VELHO

**E-SOCIAL: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE APRIMORAMENTO E  
ATUALIZAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS  
DE ORIGEM GOVERNAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Medicina da Universidade do Planalto Catarinense como requisito parcial à aprovação na Unidade Educacional Eletivo do 2024.

Orientadora: Esp. Carla Rejane Pereira Maurano.

LAGES

2024

## SUMÁRIO

RESUMO .....	3
ESOCIAL: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE APRIMORAMENTO E ATUALIZAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS DE ORIGEM GOVERNAMENTAL .....	4
RESUMO .....	4
ABSTRACT .....	4
INTRODUÇÃO.....	5
MÉTODOS.....	6
RESULTADOS .....	6
DISCUSSÃO.....	9
CONCLUSÃO.....	11
REFERÊNCIAS .....	11
Comprovante de recebimento do Artigo pela Revista.....	13

## ESOCIAL: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE APRIMORAMENTO E ATUALIZAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS DE ORIGEM GOVERNAMENTAL<sup>1</sup>

Rita Peluso Velho

### RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito para aprovação no curso de Medicina, se trata de uma revisão bibliográfica baseada em artigos publicados em sites de pesquisa e revistas científicas. Apresenta como objetivo enfatizar a importância do sistema e-Social na organização e controle de dados dos trabalhadores brasileiros, servindo como banco de dados para aprimoramento e atualização dos Protocolos de Exames Médicos Ocupacionais de origem governamental. A legislação brasileira que trata da segurança e da saúde no trabalho a partir do final de 1994, estabeleceu a obrigatoriedade das empresas elaborarem e implementarem dois programas: um ambiental, o PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, e outro médico, o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. As novas normas, preocupadas agora com a saúde do conjunto dos trabalhadores, privilegiaram o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação saúde/trabalho. A norma regulamentadora número 7 orienta a elaboração do PCMSO, o mínimo requerido é um estudo prévio para reconhecimento dos riscos ocupacionais existentes na empresa, através de visitas aos locais de trabalho, baseando-se nas informações contidas no PPRA. A partir deste reconhecimento de riscos, deve ser estabelecido um conjunto de exames clínicos e complementares específicos para cada grupo de trabalhadores da empresa. Ao avaliar resultado de trabalhos científicos publicados sobre o tema, ressaltando que por meio do evento de “Monitoramento da Saúde do Trabalhador” do eSocial, passarão a ser requeridas as informações relativas à realização de todos os exames obrigatórios previstos em legislação, não só os da NR 7, que servirão como banco de dados para elaboração de novos protocolos, despertar o interesse e adesão ao preenchimento de dados do eSocial com o intuito de facilitar o acesso e avaliação dos dados. O artigo científico foi encaminhado para avaliação e publicação em revista científica.

**Palavras-chaves:** eSocial; norma regulamentadora 7; exames médicos ocupacionais.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no TCC foi enviado para a Revista Brasileira de Medicina do Trabalho

## ESOCIAL: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE APRIMORAMENTO E ATUALIZAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS DE ORIGEM GOVERNAMENTAL

**Rita Peluso Velho; Carla Rejane Pereira Maurano.**

### RESUMO

O presente artigo se trata de uma revisão sistemática baseada em artigos publicados em sites de pesquisa e revistas científicas. Apresenta como objetivo enfatizar a importância do sistema e-Social na organização e controle de dados dos trabalhadores brasileiros, servindo como banco de dados para aprimoramento e atualização dos Protocolos de Exames Médicos Ocupacionais de origem governamental. A legislação brasileira que trata da segurança e da saúde no trabalho a partir do final de 1994, estabeleceu a obrigatoriedade das empresas elaborarem e implementarem dois programas: um ambiental, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, e outro médico, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. As novas normas, preocupadas agora com a saúde do conjunto dos trabalhadores, privilegiaram o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação saúde/trabalho. A norma regulamentadora número 7 orienta a elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, o mínimo requerido é um estudo prévio para reconhecimento dos riscos ocupacionais existentes na empresa, através de visitas aos locais de trabalho, baseando-se nas informações contidas no Programa de Prevenção de Riscos ambientais. A partir deste reconhecimento de riscos, deve ser estabelecido um conjunto de exames clínicos e complementares específicos para cada grupo de trabalhadores da empresa. Ao avaliar resultado de trabalhos científicos publicados sobre o tema, ressaltando que por meio do evento de “Monitoramento da Saúde do Trabalhador” do e-Social, passarão a ser requeridas as informações relativas à realização de todos os exames obrigatórios previstos em legislação, não só os da NR 7, que servirão como banco de dados para elaboração de novos protocolos, despertar o interesse e adesão ao preenchimento de dados do e-Social com o intuito de facilitar o acesso e avaliação dos dados.

**Palavras-chave:** E-Social; Norma Regulamentadora 7; Exames médicos ocupacionais.

### ABSTRACT

The present article is a systematic review based on articles published on research websites and scientific journals. Its objective is to emphasize the importance of the e-Social system in organizing and controlling the data of Brazilian workers, serving as a database for the improvement and updating of government-issued Occupational Medical Examination Protocols. Brazilian legislation concerning workplace safety and health, starting at the end of 1994, established the requirement for companies to develop and implement two programs: an environmental program, the Environmental Risk Prevention Program, and a medical program, the Occupational Health Medical Control Program. The new regulations, now concerned with the health of all workers, prioritized clinical-epidemiological tools in addressing the

health/work relationship. Regulatory standard number 7 guides the development of the Occupational Health Medical Control Program, with the minimum requirement being a preliminary study to recognize the occupational risks present in the company, through visits to the workplaces, based on the information contained in the Environmental Risk Prevention Program. From this risk recognition, a set of specific clinical and complementary exams must be established for each group of workers in the company. When evaluating the results of scientific works published on the subject, it is noteworthy that through the “Worker Health Monitoring” event of e-Social, information regarding the completion of all mandatory exams required by law, not only those from NR 7, will be requested, serving as a database for the development of new protocols, sparking interest and adherence to filling out e-Social data to facilitate access and evaluation of information.-

**Keywords:** E-Social; Regulatory Standard 7; Occupational Medical Examinations.

## INTRODUÇÃO

O e-Social, uma plataforma digital criada pelo governo brasileiro, desempenha um papel fundamental na modernização da gestão de informações relacionadas aos trabalhadores. Um dos seus principais impactos está na contribuição para o aprimoramento e atualização dos protocolos de exames médicos ocupacionais. Ao centralizar os dados referentes à saúde e segurança do trabalho, o e-Social permite um acompanhamento mais eficaz das condições de trabalho, garantindo que as informações sobre os exames obrigatórios, como os previstos pela Norma Regulamentadora 7 (NR 7), sejam registradas e monitoradas em tempo real. Com isso, o sistema não só facilita o cumprimento da legislação vigente, como também fornece uma base de dados robusta que pode ser utilizada pelas autoridades governamentais para revisar e atualizar os protocolos de saúde ocupacional, garantindo uma maior proteção e qualidade de vida aos trabalhadores. No contexto dos exames médicos ocupacionais, o e-Social desempenha um papel crucial como um banco de dados que auxilia no aprimoramento e na atualização dos protocolos médicos estabelecidos pela legislação governamental. Por meio da ferramenta "Monitoramento da Saúde do Trabalhador", prevista no sistema, informações detalhadas sobre os exames obrigatórios, como os exigidos pela Norma Regulamentadora 7 (NR 7), são registradas e disponibilizadas para análise. Isso permite uma visão clara sobre a saúde dos trabalhadores em diversos setores, possibilitando a detecção de padrões epidemiológicos e o ajuste dos protocolos médicos de forma a garantir uma maior proteção à saúde ocupacional. O presente artigo tem como objetivo destacar a importância da alimentação do banco de dados do E-social e despertar o interesse e adesão ao preenchimento de dados na plataforma com o intuito de facilitar o acesso e avaliação dos dados e através e assim possibilitar a criação de novos protocolos.

## MÉTODOS

O presente estudo utiliza-se de revisão sistemática, utilizando o PRISMA 2020 (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*). De julho a setembro de 2024, foram selecionados artigos por uma busca eletrônica nas bases de dados eletrônicas PubMed, Medline, Lilacs, além de dados de portais oficiais do governo atualizados referente a temática. Nenhuma restrição de idioma ou ano de publicação foi aplicada. Os seguintes descritores em inglês e suas combinações foram selecionados para realizar o processo de pesquisa: “Occupational Medical Examinations”, “Occupational Medical Examination Protocols of governmental origin”, “occupational health and safety”, “quality of life”. Somente os estudos que preencheram os seguintes critérios de inclusão foram inscritos para posterior avaliação: estudos que demonstrassem a eficácia das bases de dados do e-social na criação de protocolos de controle da saúde do trabalhador, que demonstrassem dados relevantes relacionados a norma reguladora n. 7 e que o apresentassem dados relevantes sobre o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Ao final do processo de busca, do total de artigos inicialmente rastreados pelos descritores, foram excluídos pelos títulos os artigos duplicados. Depois da leitura dos resumos, foram excluídos os trabalhos que não abordavam o tema proposto e os artigos tipo revisão. Dessa forma, depois da leitura do texto integral, não foram incluídos da análise qualitativa os estudos que não se enquadravam nos critérios de inclusão. Por fim, para uma possível análise quantitativa, foram excluídos aqueles estudos que não avaliaram os possíveis desfechos elegidos para tal abordagem. As listas de referência dos artigos pré-selecionados também foram examinadas, a fim de encontrar estudos com potencial relevância a serem adicionados para leitura completa.

## RESULTADOS

A revisão identificou três temas principais em relação à atualização dos protocolos de exames médicos ocupacionais:

### Centralização de Informações através do e-Social

A implementação do e-Social em 2018 marcou uma mudança significativa na gestão de dados relacionados à saúde ocupacional no Brasil. O sistema passou a integrar as informações dos trabalhadores, centralizando dados sobre: Exames admissionais e periódicos; afastamentos por problemas de saúde; atestados de saúde ocupacional (ASO); acidentes de trabalho e doenças ocupacionais<sup>1</sup>. Essa centralização tem facilitado a atualização automática dos

protocolos de exames, uma vez que as empresas são obrigadas a manter suas informações sempre atualizadas no sistema. Conseqüentemente, o governo pode monitorar e atualizar as diretrizes de saúde ocupacional de forma mais ágil. A centralização de informações por meio do e-Social trouxe uma série de avanços para a gestão trabalhista e previdenciária no Brasil. Ao unificar o envio de informações, o sistema reduziu a burocracia e melhorou a fiscalização, permitindo maior conformidade com as legislações trabalhistas e previdenciárias. Do ponto de vista governamental, o e-Social facilita o monitoramento de irregularidades e otimiza a gestão dos benefícios previdenciários e fiscais, ao mesmo tempo em que melhora o acompanhamento da saúde ocupacional. No entanto, a implementação do e-Social não foi isenta de desafios. As empresas, especialmente as de menor porte, enfrentaram dificuldades para se adequar às novas exigências, e a introdução de um sistema tão abrangente gerou complexidade em termos de treinamento e adaptação tecnológica<sup>2</sup>. Além disso, os problemas técnicos iniciais atrasaram o pleno funcionamento do sistema, gerando frustração em algumas áreas.

#### Impacto das Normas Regulamentadoras (NRs)

As Normas Regulamentadoras (NRs), especialmente a NR-7<sup>3</sup> (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO), têm passado por atualizações periódicas que visam alinhar os exames médicos com os riscos ocupacionais específicos de cada atividade. Essas atualizações incluem: novos requisitos para exames clínicos em ambientes de risco; protocolos de exames adicionais, como audiometria, exames oftalmológicos, e exames de imagem para setores específicos (e.g., mineração, construção); ajustes no cronograma de realização dos exames periódicos, de acordo com a exposição a riscos ambientais e químicos. As revisões da NR-7, alinhadas ao uso do e-Social, permitem que os dados de saúde dos trabalhadores sejam registrados e monitorados continuamente, o que facilita a identificação precoce de doenças ocupacionais e a tomada de medidas preventivas<sup>4</sup>.

#### Aprimoramento de Protocolos Médicos com Base em Dados Epidemiológicos

A partir dos dados gerados pelo e-Social, o governo tem acesso a informações mais detalhadas sobre a saúde dos trabalhadores em diversos setores<sup>5</sup>. Esses dados estão sendo utilizados para atualizar os protocolos médicos ocupacionais com base em evidências epidemiológicas, permitindo que: As políticas de saúde ocupacional sejam adaptadas para enfrentar novos desafios, como doenças crônicas não transmissíveis, pandemias e problemas relacionados ao uso de novas tecnologias. O governo revise periodicamente os protocolos de exames médicos de acordo com os riscos emergentes, como o surgimento de novas

substâncias químicas ou práticas laborais<sup>6</sup>. O aprimoramento de protocolos médicos com base em dados epidemiológicos é um processo essencial para garantir que a assistência à saúde evolua de acordo com as necessidades reais da população. Dados epidemiológicos fornecem informações detalhadas sobre a incidência, prevalência, fatores de risco e distribuição de doenças, permitindo a criação de protocolos clínicos mais eficazes e específicos<sup>7</sup>.

Na área de saúde ocupacional, os dados epidemiológicos são usados para ajustar protocolos médicos que visam proteger os trabalhadores contra doenças e lesões relacionadas ao trabalho<sup>8</sup>. Esses protocolos incluem: Exames médicos ocupacionais: As taxas de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho informam a revisão de protocolos de exames médicos para trabalhadores de diferentes setores. Por exemplo, setores com alta exposição a substâncias tóxicas podem ter seus protocolos ajustados para incluir exames mais frequentes ou específicos, como espirometrias em trabalhadores expostos a poeiras tóxicas. Medidas preventivas: A coleta de dados epidemiológicos em ambientes de trabalho permite a identificação de novos riscos, levando a revisões das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, como o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e melhorias em medidas de controle ambiental<sup>9</sup>. O uso de dados epidemiológicos na revisão e aprimoramento de protocolos médicos se mostrou essencial em várias áreas da saúde. As evidências sugerem que a integração de dados detalhados sobre a saúde da população permite que os protocolos médicos sejam mais dinâmicos, pois protocolos tradicionais baseados em evidências científicas rígidas podem ser complementados com dados epidemiológicos, que capturam a variabilidade e as mudanças nas populações ao longo do tempo<sup>10</sup>. Outra questão é que os protocolos médicos podem ser adaptados de acordo com as características específicas de diferentes regiões ou grupos populacionais, garantindo que as diretrizes sejam mais eficazes para o contexto local. A análise de fatores de risco em larga escala, realizada por meio de estudos epidemiológicos, permite que os protocolos médicos enfatizem a prevenção, além do diagnóstico e tratamento<sup>11</sup>. A pandemia de COVID-19 foi um exemplo notável de como a rápida coleta e análise de dados epidemiológicos podem transformar protocolos médicos quase em tempo real. Esse modelo pode ser expandido para outras áreas da medicina, permitindo respostas mais eficazes às mudanças nos padrões de saúde da população.

Durante a pesquisa, o principal enfoque nos artigos elencados demonstraram que o sistema e-Social desempenha um papel fundamental na organização e controle de dados dos trabalhadores brasileiros, consolidando informações cruciais de maneira integrada e centralizada. Funciona como uma plataforma onde empregadores podem registrar todas as informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias de seus funcionários, garantindo

conformidade com as exigências legais. Uma das suas maiores contribuições está no aprimoramento dos Protocolos de Exames Médicos Ocupacionais. Antes do e-Social, a gestão desses dados muitas vezes era fragmentada e ineficaz, dificultando o controle e a atualização de informações importantes sobre a saúde dos trabalhadores. As informações sobre a saúde dos trabalhadores estavam dispersas em diferentes sistemas e registros, o que dificultava o acompanhamento e a atualização de dados essenciais para a segurança e a saúde ocupacional. Essa fragmentação resultava em uma dificuldade para as empresas cumprirem as normas legais e, ao mesmo tempo, limitava a capacidade do governo de monitorar e atualizar os protocolos de forma eficaz. Com a chegada do e-Social, o cenário mudou de forma significativa<sup>12</sup>. O sistema permitiu a consolidação de um banco de dados centralizado e robusto, que reúne todas as informações sobre exames médicos ocupacionais, atestados de saúde, acidentes de trabalho e afastamentos. Esse banco de dados facilita a gestão das informações por parte das empresas e órgãos governamentais, tornando o processo mais eficiente e confiável. Através dessa integração, o governo consegue realizar atualizações mais rápidas e precisas nos protocolos médicos ocupacionais, ajustando-os conforme a evolução das normas de segurança e saúde no trabalho. As empresas, por sua vez, têm acesso a informações atualizadas, o que permite a realização de exames médicos de acordo com as novas exigências legais, contribuindo para a promoção de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável. Essa unificação beneficia tanto as empresas quanto os trabalhadores. Para as empresas, facilita o cumprimento das obrigações legais e melhora a gestão dos riscos ocupacionais, uma vez que os exames médicos, atestados de saúde e afastamentos são organizados de forma mais eficiente. Para os trabalhadores, garante que os exames sejam realizados de acordo com normas atualizadas, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e controlado, contribuindo para a prevenção de acidentes e doenças laborais.

## **DISCUSSÃO**

A atualização dos protocolos de exames médicos ocupacionais no Brasil tem evoluído de maneira significativa com o apoio de ferramentas como o e-Social e a reformulação das Normas Regulamentadoras. Antes dessas mudanças, a fragmentação dos dados dificultava o monitoramento adequado da saúde dos trabalhadores. No entanto, com o uso do e-Social, o governo pode acompanhar de forma mais eficiente a implementação de novas diretrizes de saúde ocupacional, garantir o cumprimento das normas e identificar tendências que exigem atualizações. Além disso, a criação de um banco de dados centralizado fortalece a capacidade

do Estado de responder rapidamente às necessidades de saúde do trabalhador, ajustando protocolos de maneira proativa e baseada em dados concretos. Com base nesses dados, no ano de 2023, o Brasil registrou um total de 499.955 acidentes de trabalho, segundo dados do sistema e-Social<sup>13</sup>. Desses, 2.888 resultaram em mortes. Os setores com maior número de acidentes fatais e graves foram a Construção Civil e o Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros. Conforme apontaram os estudos, na Construção Civil, as principais causas de acidentes incluem quedas de altura, soterramentos e choques elétricos. No setor de transporte rodoviário, os acidentes são frequentemente causados por fadiga dos motoristas, jornadas excessivas, problemas ergonômicos e psicossociais, além de fatores como a falta de manutenção nos veículos e a precariedade das rodovias<sup>14</sup>. Esses números refletem a importância da adoção de medidas preventivas, como a correta utilização de equipamentos de proteção, treinamento contínuo e gestão eficaz dos riscos no ambiente de trabalho, conforme exigido pelas Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança e saúde. Em 2023, Santa Catarina registrou 267 mortes por acidentes de trabalho, de acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Além disso, o número de processos relacionados a acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais cresceu 28% em comparação a 2022, totalizando 5.216 ações na Justiça do Trabalho (MPTSC, 2024). Os setores mais afetados incluem atividades hospitalares, fundição de ferro e aço, abate de suínos e aves, transporte rodoviário de cargas e comércio varejista. As regiões de Florianópolis, Criciúma e Blumenau tiveram maior incidência de acidentes, especialmente na área hospitalar, com 117 mortes. Já no Oeste Catarinense, as indústrias de abate de animais lideraram os registros, com 10.434 notificações e 72 mortes (SINAN, 2023). Esse aumento nos casos acende um alerta para a necessidade de melhorias na aplicação de medidas de segurança, principalmente em setores como a construção civil e os frigoríficos. Conforme apontam os dados, o e-Social contribuiu diretamente para o alinhamento dos exames médicos ocupacionais com as Normas Regulamentadoras (NRs), principalmente a NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO), pois o sistema automatiza o processo de envio e armazenamento dos dados dos exames médicos, facilitando o cumprimento das exigências da NR-7. Isso inclui a realização de exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e demissionais, permitindo que os exames médicos ocupacionais sejam associados diretamente aos riscos ocupacionais presentes em cada empresa, conforme indicado no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), alinhando as informações dos exames médicos com os riscos mapeados em cada função.

## CONCLUSÃO

As atualizações nos protocolos de exames médicos ocupacionais de origem governamental têm sido aprimoradas significativamente nos últimos anos, principalmente devido à integração de tecnologias como o e-Social e ao aperfeiçoamento contínuo das Normas Regulamentadoras. O uso de dados centralizados tem permitido que as mudanças sejam mais ágeis e adaptadas às necessidades reais dos trabalhadores e empregadores.

Essa transformação no processo de atualização dos protocolos médicos é essencial para a prevenção de doenças ocupacionais, a melhoria das condições de trabalho e o aumento da segurança dos trabalhadores no Brasil.

A centralização de informações trabalhistas e de saúde ocupacional por meio do e-Social trouxe benefícios significativos para o aprimoramento e atualização dos Protocolos de Exames Médicos Ocupacionais. O sistema permite que os dados de saúde dos trabalhadores sejam registrados de forma centralizada e acessível, facilitando a conformidade com as normas regulamentadoras e a fiscalização pelo governo. Além disso, o e-Social possibilita que as atualizações dos protocolos médicos sejam baseadas em dados epidemiológicos reais, garantindo que as diretrizes de saúde ocupacional estejam sempre alinhadas às condições atuais dos trabalhadores brasileiros. Embora a adaptação ao sistema tenha sido um desafio para algumas empresas, os benefícios de longo prazo em termos de prevenção e segurança ocupacional são evidentes.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério do Trabalho e Previdência. Manual de Orientação do eSocial: versão S-1.1. Brasília: Ministério do Trabalho e Previdência; 2021.

Amorim DA, Pereira MVM, Gonçalves LA. Desafios e benefícios na implantação do eSocial. Challenges and benefits in the implementation of the eSocial. GETEC, v. 12, n. 38, p. 145-164/2023.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora n.º 7: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional [Internet]. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; 1994 [atualizada em 04/03/2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentado-ra/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-7-nr-7>

4. Buss PM, Pellegrini Filho A. A saúde e seus determinantes sociais. Physis [Internet]. 2007Jan;17(1):77-93. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010373312007-000100006>

5. Nascimento DS. Implantação do sistema eSocial: uma contribuição para a fiscalização da segurança e saúde no trabalho no Brasil? [Trabalho de Conclusão de Curso em Administração]. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; 2021. 52 p.
6. Organização Pan-Americana da Saúde. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 4: vigilância em saúde pública. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde; 2010. 52 p. (7 volumes). ISBN: 978-85-7967-022-0.
7. Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil; 2001. 580 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 114). ISBN: 85-334-0353-4.
8. Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil; 2001. 580 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 114). ISBN: 85-334-0353-4.
9. Silva J, Souza L. Protocolos de saúde ocupacional em ambientes de trabalho. In: Gestão de saúde e segurança no trabalho. 2ª ed. São Paulo: Editora Saúde; 2022. p. 45-47.
10. Silva J, Almeida P. A importância dos dados epidemiológicos na revisão de protocolos médicos. Rev Saúde Pública. 2023;29(3):45-52.
11. Silva J, Costa L. Adaptação de protocolos médicos a contextos regionais: uma abordagem epidemiológica. In: Práticas de saúde pública no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Saúde; 2022. p. 102-108.
12. Silva A, Pereira J. O impacto do e-Social na gestão de saúde ocupacional. In: Novas tecnologias na saúde do trabalhador. São Paulo: Editora Labor; 2021. p. 150-160.
13. No Brasil foram registrados 2.888 acidentes fatais em 2023, segundo dados do eSocial.[Internet].Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; 2024 [Publicado em 21/07/2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Julho/no-bra-sil-foram-registrados-2-888-acidentes-fatais-em-2003-segundo-dados-esocial>.
14. Construção civil está entre os setores com maior risco de acidentes de trabalho. [Internet] São Paulo: Associação Nacional de Medicina do Trabalho; 2019. [Publicado em: 30/04/2019]. Disponível em: <https://www.anamt.org.br/portal/2019/04/30/construcao-civil-esta-entre-os-setores-com-maior-risco-de-acidentes-de-trabalho>



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

Comprovante de recebimento do Artigo pela Revista

## REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA DO TRABALHO

Prezad@ Rita Peluso Velho

Informamos que o artigo 1372 - E-social: contribuição no processo de aprimoramento e atualização dos protocolos de exames médicos ocupacionais de origem governamental. foi recebido e será analisado pelo Corpo Editorial da Revista Brasileira de Medicina do Trabalho.

Para qualquer comunicação sobre o referido manuscrito, cite o número do artigo apresentado acima.

Obrigado por submeter seu trabalho.

Atenciosamente,

Dra. Andrea Franco Amoras Magalhães

Dra. Mirian Perpetua Palha Dias Parente

Editoras-chefes - Revista Brasileira de Medicina do Trabalho

Publicação da Associação Nacional de Medicina do Trabalho

E-mail: [revista@anamt.org.br](mailto:revista@anamt.org.br)

««« Enviado por GNPapers - Esta é uma mensagem automática - Por favor não responda este email »»»

1.

---